



Anais da VIII Semana da Diversidade Humana (ISSN 2675 – 1127) — 09 a 11 de outubro de 2023 —
Centro Universitário São Lucas — Porto Velho

Políticas De Compras De Alimentos Nas Escolas Municipais E Estaduais De Rondônia

Anderson Silva dos Santos, centro universitário São Lucas,
ponat1995@gmail.com

Laiza medeiros Leal Centro universitário são Lucas
Laizamedeiros.leal2023@gmail.com

Samara flores Silva centro universitário são Lucas
samara2002flores@gmail.com

Deise Cristini de Sá Machado centro universitário são lucas
deise.cristini39@gmail.com

Ana Julia Dos Santos Lichtemfels Centro universitário são Lucas
anajulichtemfels@gmail.com

Gabriel Moura Meanovich Centro universitário São Lucas
gabrielmeanovich@gmail.com

Jessica Pacheco da Silva Centro universitário São Lucas
jessicasilva34550@gmail.com

Jociane Flores Ramos Centro Universitário São Lucas
jocyane flores@gmail.com

Diomedio Kennedy Gil Menezes Centro universitário São Lucas
Kennedy2022menezes@gmail.com

Introdução e Contextualização Este estudo visa discutir o papel dos programas de alimentação escolar, na execução de políticas de segurança alimentar. Analisa as inter-relações entre os programas de alimentação escolar no âmbito educacional e os aspectos vinculados ao desenvolvimento local, além de traçar um panorama da situação dos programas de alimentação escolar. **Objetivo** objetivo direto deste trabalho é sugerir que os programas de alimentação escolar podem ser mais bem utilizados como instrumento de promoção da segurança alimentar e nutricional. No entanto, estas políticas visam geralmente incentivar os alunos a seguir uma dieta saudável e equilibrada e incentivar a compra de alimentos frescos e nutritivos. Isso pode incluir priorizar frutas, vegetais e proteínas magras e reduzir o consumo de alimentos processados e ricos em açúcar. A lei brasileira sobre alimentação escolar

é a Lei nº. 11.947/2009, que estabelece diretrizes para a alimentação escolar no âmbito do ensino fundamental. A lei exige que pelo menos 30 por cento dos fundos transferidos pelo governo federal para a merenda escolar sejam usados para comprar produtos familiares que promovam a produção local e promovam a segurança alimentar dos estudantes. Além disso, a lei estabelece padrões nutricionais que devem ser cumpridos para garantir uma nutrição saudável e adequada nas escolas públicas do país.

Metodologia Os dados obtidos nessa pesquisa, visando compreender as políticas que são usadas na compra dos alimentos para as escolas, de forma qualitativa e informativa, foram feitas pesquisas em artigos e informações disponíveis no site da SEDUC-RO, políticas de alimentação na escola.

Resultados e Discussões A alimentação adequada é aquela que fornece os nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo. Os principais nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo são carboidratos, proteínas, gorduras, vitaminas e minerais. Quais são os nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo? Os carboidratos fornecem energia para o organismo, sendo a principal fonte de combustível para o cérebro e os músculos. Além disso, as proteínas desempenham um papel fundamental na manutenção e reparo dos tecidos do corpo. Elas são essenciais para a construção de músculos, órgãos, enzimas e hormônios. A ingestão adequada de proteínas é especialmente importante para os idosos, pois ajuda a preservar a massa muscular e a promover a recuperação após doenças ou cirurgias. As gorduras também são vitais para a saúde, fornecendo energia e auxiliando na absorção de vitaminas lipossolúveis, como as vitaminas A, D, E e K. No entanto, é crucial escolher fontes de gordura saudáveis, como as encontradas em abacates, nozes e azeite de oliva, em vez de gorduras saturadas e trans. Juntamente com as vitaminas e minerais, essas substâncias desempenham papéis cruciais na manutenção de funções vitais, como a imunidade, a visão, a coagulação sanguínea e a saúde óssea. Portanto, uma dieta equilibrada que forneça uma variedade de nutrientes é fundamental para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos idosos.

Lei nº 13.987/2020: Esta lei permitiu que, durante o período de suspensão das aulas devido à pandemia de COVID-19, os recursos do PNAE pudessem ser utilizados para a distribuição de alimentos aos estudantes em suas casas.

Resolução nº 26/2013 do FNDE: Esta resolução regulamenta o PNAE e estabelece as diretrizes para a execução do programa, incluindo critérios de qualidade dos alimentos, cardápio, gestão e controle social.

Conclusões A alimentação saudável e adequada,

compreendendo o uso de alimentos variados, contribui para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos refletindo na melhora do rendimento escolar. Neste estudo sobre as políticas de compras de alimentos nas escolas de Rondônia, destacamos a importância de considerar uma série de fatores complexos ao escolher os alimentos para os alunos. Além da necessidade de garantir nutrientes essenciais para um bom funcionamento do organismo, como carboidratos, proteínas, gorduras, vitaminas e minerais, também é fundamental levar em conta as preferências culturais, os aspectos econômicos, políticos e logísticos. É importante ressaltar que uma alimentação saudável não é apenas benéfica para a saúde dos estudantes, mas também influencia diretamente seu desempenho escolar e desenvolvimento biopsicossocial. Portanto, as políticas de compras de alimentos devem ser cuidadosamente elaboradas, envolvendo todos os atores relevantes, desde governos até comunidades locais, para garantir que as escolhas alimentares sejam adequadas, variadas e nutritivas. Contudo, investir na qualidade nutricional dos alimentos oferecidos nas escolas é um investimento no futuro das crianças e na construção de uma sociedade mais saudável e informada. Por fim, é essencial manter um diálogo contínuo e colaborativo para adaptar e aprimorar essas políticas, sempre visando o bem-estar dos alunos e a excelência educacional.